



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

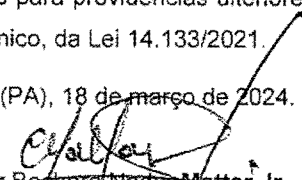
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PARECER Nº 119/2024-API
PROTOCOLO Nº 154150/2023
INTERESSADO: DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA
OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO SERVIÇO DE INTERNET.PJ DE BAGRE

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2024
DECISÃO**

1. Tratam os autos de pedido de contratação direta, por dispensa de licitação, requerendo a contratação da empresa ALBINO DOS S CARDOSO (nome fantasia: ECNET, CNPJ 11.869.438/0001-27), com fundamento na Lei nº 14.133/2021.
2. A análise feita pela Assessoria Jurídica da Procuradoria-Geral de Justiça indicou a possibilidade de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, II da Lei 14.133/2021, objetivando a contratação de empresa especializada em telecomunicações para executar serviços de Conexão à Internet para Unidades Remotas do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), especificamente para o município de Bagre, diante da hipótese de contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras;
3. Foram apresentadas pela empresa, as certidões e demais documentos exigidos pela legislação aplicável;
4. Além de legítima a contratação por dispensa de licitação, importante ressaltar a essencialidade do item a ser contratado, qual seja, provedor local de internet para atender unidades remotas do Ministério Público do Pará, em especial a Promotoria de Justiça de Bagre/PA;
5. Desta forma, **ACOLHO** o Parecer n. 119/2024-API, **AUTORIZO** a contratação da empresa ALBINO DOS S CARDOSO (nome fantasia: ECNET, CNPJ 11.869.438/0001-27), por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei nº. 14.133/2021, para o fornecimento de Serviço de acesso à Internet com velocidade mínima de 100 Mbps (cem megabits por segundo) com transferência de dados ilimitada, incluindo, instalação, suporte e manutenção do serviço e dos equipamentos fornecidos em comodato, para atender as necessidades da Promotoria de Justiça de Terra Bagre/PA, totalizando o valor R\$3.600,00 (três mil cento e seiscentos reais), para um período de 6 (seis) meses (proposta atualizada às fls.130);
6. À Atividade de Licitações e Contratos para providências ulteriores, inclusive quanto à publicação deste ato nos termos do art.72, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

Belém (PA), 18 de março de 2024.


César Bechara Nader Mattar Jr.
Procurador-Geral de Justiça